ELEIÇÕES

LEGISLATIVAS

1980

MANIFESTO ELEITORAL

AD

ALIANÇA DEMOCRÁTICA

UM GOVERNO PARA OS QUATRO ANOS

Em 2 de Dezembro de 1979, Portugal e os Portugueses levantaram a sua voz contra a ambiguidade, pela clareza; contra a insegurança, pela estabilidade; contra a burocracia socialista, pela mudança libertadora.

Os Portugueses manifestaram, então, a força da democracia e a efectiva capacidade transformadora do voto.

Exprimiram a maturidade cívica da Nação e as suas energias renovadoras. Afirmaram a sua fé no destino da Pátria e deixaram para trás as sombras do passado.

A escolha da Aliança Democrática nas últimas eleições foi o voto da juventude de um Povo. A opção pelo Programa Eleitoral de Governo da AD representou a aposta de quem deseja e sabe vencer.

Em 5 de Outubro de 1980, os Portugueses são chamados a confirmar a sua esperança no Programa que já escolheram. Em nome desse Programa, Portugal ganhou em 1979. Em nome dele voltará a ganharem 1980. As suas virtualidades só aumentaram ao longo do tempo com a experiência do Governo da Aliança Democrática. Por isso é esse o Programa que voltamos a propor ao eleitorado.

O QUE ESTÁ EM JOGO NAS ELEIÇÕES

Nas eleições legislativas de 5 de Outubro estão em jogo: um modelo europeu de sociedade; um governo estável e construtivo; um verdadeiro regime democrático.

Um modelo europeu de sociedade

Nas próximas eleições para a Assembleia da República está em jogo a escolha de um modelo de sociedade, a confirmação do nosso projecto de vida colectiva.
O Parlamento que vamos eleger durará quatro anos. Nas suas mãos estará a feitura das leis e a introdução das reformas que hão-de marcar profundamente Portugal nestas últimas décadas do século XX.
Desejamos que no nosso País viva e prospere uma sociedade europeia e ocidental: Uma sociedade onde se respeite o pluralismo cultural, social e ideológico; onde se pratique a liberdade e se exercite a responsabilidade; onde se desenvolva a iniciativa e a criatividade dos cidadãos e dos grupos sociais; onde se caminhe para formas cada vez mais aperfeiçoadas de democratização política, económica e social; onde o Estado sirva a dignidade da pessoa humana; onde o poder político legítimo se exercite sem imposições do poder económico e sem coacções de sectores militares; onde a solidariedade social e o sentido da justiça inspirem as relações entre os cidadãos e entre eles e o Estado.
Rejeitamos e rejeitaremos o colectivismo nas suas diferentes expressões; a estatização atrofiante; o centralismo das decisões; - o dirigismo cultural e ideológico; a unicidade sindical, a destruição da natureza e a degradação do ambiente; a duplicidade na defesa dos direitos do homem; a anarquia na vida social; a clandestinidade na economia; a violência e a corrupção em todas as suas formas.
Só a Aliança Democrática está em condições de viabilizar o modelo de sociedade aberta, generosa e tolerante que defendemos para todos os Portugueses. Só a AD é uma barreira eficaz contra o projecto de vida que rejeitamos.

Um Governo estável e construtivo

A 5 de Outubro de 1980, os eleitores irão confirmar o Governo da Aliança Democrática, escolhendo-o agora para dirigir os destinos do País nos próximos quatros anos. É uma opção de enorme importância.

A Aliança Democrática apresenta-se às eleições mais coesa do que nunca. E, por isso, a sua força é ainda maior.

Nenhuma outra organização política promete aos Portugueses uma fórmula clara de Governo. Votar nas outras formações políticas é votar num futuro desconhecido. Qualquer delas não tem condições para, só por si, formar Governo com apoio maioritário no Parlamento. Fora da AD é o salto no escuro: é a promessa de instabilidade governamental, de insegurança e de confusão.

Portugal precisa, mais do que nunca, de um Governo capaz de estável e coerentemente assumir e concretizar um projecto nacional e democrático. Portugal não pode voltar a ter, nos próximos quatro anos, os seis governos diferentes que teve nos últimos quatro anos; não pode voltar a ter um Governo diferente em cada oito meses. Apenas na Aliança Democrática existe a capacidade para garantir esse objectivo. A construção do Estado democrático só pode ser feita com um Governo construtivo. E só pode ser verdadeiramente construtivo um Governo estável.

A AD, se não for maioritária no Parlamento, ficará na oposição. Portugal precisa que a AD tenha a maioria dos deputados na Assembleia da República. E Portugal vai conseguir isso.

Um verdadeiro regime democrático

A próxima Assembleia da República terá poderes de revisão constitucional. Caberá ao próximo Parlamento pôr um ponto final no regime de transição em que temos vivido e que só em parte se pode considerar democrático.

A Constituição da República deverá ser profundamente revista segundo as linhas que a Aliança Democrática defende: garantindo todas as liberdades e os direitos da pessoa humana; a unidade do Estado e a regionalização; a faculdade dos cidadãos escolherem, através do voto, os programas de Governo nacional, regional ou local que mais lhe interessem em cada momento; a subordinação das Forças Armadas ao poder político democrático; a extinção do Conselho da Revolução.

Queremos uma Constituição que seja um traço de união entre os Portugueses. Não queremos uma Constituição que divida Portugal por motivos ideológicos ou políticos. Para nós, a soberania reside no Povo. É a soberania popular que deve impor a Constituição de Portugal.

Nós, os que fomos eleitos pelas listas da AD, como representantes da Nação, estamos interessados em dialogar com os deputados de outras formações políticas democráticas para alcançarmos um consenso útil para a revisão da Constituição. Mas se a atitude desses deputados for a de tentar conseguir privilégios políticos através da

Constituição, não nos esqueceremos que a nossa obrigação primária é para com o Povo que nos elegeu. Faremos, então, apelo ao Povo para que seja ele a dizer directamente qual é a Constituição que pretende para a nossa Pátria.
Nas eleições de 5 de Outubro de 1980, como nas eleições presidenciais seguintes, está em jogo, assim, a definição da lei fundamental da Nação. Os Portugueses sabem que só através do voto na AD primeiro, e do voto do candidato por ela apoiado, depois, será possível alcançar a Constituição pacificadora e democrática que desejamos.

O QUE JÁ FIZEMOS

Em escassos meses, desde 3 de Janeiro, o Governo da Aliança Democrática provou que merece a confiança de uma maioria alargada de Portugueses. A sua acção foi, seguramente, a mais profunda e útil de todos os Governos existentes em Portugal desde a reinstauração da democracia.

Defendemos o poder de compra

Os preços, em 1979, aumentaram 24,2%. Em 1980 o aumento dos preços não será superior a 15%. Nenhum outro Governo europeu conseguiu, neste período, um resultado tão espectacular no combate à inflação. A redução dos impostos pessoais significou, em média, um aumento de 3 a 4% dos rendimentos efectivos.
Os salários e as pensões sociais aumentaram, em média, 21 %. No fim do ano corrente, os trabalhadores poderão dizer, com verdade, que o Governo da AD conseguiu defender o seu poder de compra. E as donas de casa sentirão que a vida se vai tornando menos difícil, apesar de tantos e tão graves obstáculos que enfrentamos na luta pela melhoria da qualidade de vida.

Reduzimos os impostos pessoais

O imposto profissional e o imposto complementar foram corrigidos. O Estado este ano pede menos dinheiro aos cidadãos. Também por esta forma o Governo da AD procurou defender o poder de compra dos trabalhadores. E, em relação aos casais, foram corrigidas algumas injustiças no que respeita ao imposto complementar.
Estamos a caminhar no sentido de permitir uma política mais ampla de apoio a cada família segundo as suas necessidades, fomentando a poupança e estimulando a sua participação na criação do futuro.

Fizemos aumentar o investimento e o emprego

Para o combate ao desemprego, o Governo da AD adoptou um largo esquema de incentivos ao investimento. Procurou dar confiança e segurança à iniciativa privada e lutou pela produtividade e racionalização do sector público. O Conselho da Revolução não consentiu que o Governo fosse mais longe nos seus esforços para melhorar o sistema de investimento. Apesar disso, todas as indicações apontam no sentido da sua recuperação. Entretanto, avançámos seriamente no processo visando o pagamento das indemnizações por nacionalização. Houve maior taxa de crescimento da oferta de emprego, maior taxa de colocação de trabalhadores desempregados e maior taxa de redução de desemprego.

Revalorizámos o escudo

Foi o Governo da AD o primeiro que, nos últimos anos, travou a marcha descendente do valor externo da nossa moeda. Os Portugueses puderam orgulhar-se de a ver revalorizada em Fevereiro passado. Por isso, o escudo vale mais do que valeria no exterior se não se tivesse revalorizado e vale mais do que valeria no bolso de cada português, em Portugal, se não se tivesse travado a inflação. No Banco de Portugal temos mais ouro não hipotecado.

Garantimos paz social

Como em qualquer sociedade livre e pluralista houve greves no nosso País. Talvez mais do que os trabalhadores e, em geral, todos os Portugueses desejariam. Mas não houve greves gerais ou excessivamente prolongadas e no confronto com outros Países ocidentais o clima social no nosso País foi altamente pacífico.
A livre negociação da contratação colectiva foi respeitada pelo Governo; não houve tectos salariais directos impostos por lei, como aconteceu com governos socialistas; o Governo soube sempre guardar a seriedade perante os conflitos laborais, mantendo uma atitude de permanente abertura ao diálogo e à concertação.

Protegemos o cooperativismo

Em múltiplos sectores da acção cooperativa, o Governo deu amplas mostras do seu interesse e do seu empenho. E fez elaborar uma verdadeira carta do cooperativismo

livre e apartidário, o Código Cooperativo, como instrumento da maior projecção futura do movimento cooperativo na economia e na sociedade portuguesa.

Acelerámos o processo de adesão à CEE

Os passos dados no sentido da integração europeia de Portugal – opção fundamental para o nosso futuro colectivo - foram firmes e rápidos. O Governo da AD fez mais em seis meses do que os Governos antecedentes em três anos. E conseguimos que, no nosso horizonte, em 1983 surja como o ano em que se concretizará, com o apoio conseguido da CEE, a adesão de Portugal às Comunidades.

Melhorámos a agricultura

Problema quente na vida económica e política do nosso País, a Reforma Agrária foi encarada de frente: o cumprimento da lei fez-se com um ritmo nunca dantes alcançado e progressivamente os trabalhadores foram compreendendo que nada tinham a ganhar com a obediência às ordens comunistas. O Governo da AD foi o primeiro a entregar terras a trabalhadores agrícolas para exploração familiar directa.
O Governo da AD criou também mecanismos de crédito com processo simplificado e juro muito reduzido para permitir aos rendeiros adquirirem as terras que cultivam, aumentando as possibilidades de acesso à propriedade.
O Estado interveio na garantia de preços e de escoamento de produtos agrícolas, estimulou novas culturas e apoiou a modernização da lavoura.
As pensões de velhice, invalidez e sobrevivência do regime especial de previdência dos rurais teve, em 1980, duas melhorias. Com o último aumento passaram de 1800$00 para 2400$00 por mês.
A melhoria das condições devida do mundo rural foi uma preocupação constante do Governo.

Desenvolvemos as pescas

Sector que se debate com problemas estruturais da maior gravidade, mereceu do Governo da AD uma cuidadosa ponderação das necessidades de conservação e ampliação das zonas de pesca, de redimensionamento e modernização das frotas, de reconhecimento da zona económica exclusiva, da melhoria da tecnologia das capturas e das condições de primeira venda do pescado. Os aspectos humanos e sociais foram

considerados, quer no capítulo da formação profissional, quer de prestação de trabalho a bordo.

Promovemos a indústria

O plano metalúrgico nacional foi relançado no âmbito de uma intensa acção para o aproveitamento mais integral dos nossos recursos mineiros e o plano siderúrgico nacional teve o seu arranque efectivo. O Governo aprovou o plano de investimento do sector eléctrico e lançou o plano energético nacional. A assinatura de acordos com grupos internacionais permitiu a conservação ou a próxima criação de muitos milhares de postos de trabalho. A indústria nacional lançou-se mais afoitamente nos mercados externos.

Garantimos o abastecimento

Os consumidores não tiveram que fazer fila de espera para conseguir obter os produtos essenciais. O abastecimento da população foi assegurado sem rupturas. Em alguns casos os preços de mercado situaram-se mesmo abaixo dos preços máximos estabelecidos e diversos preços diminuíram. Os automóveis, por exemplo, diminuíram de preço, permitindo a muitas famílias alimentar expectativas de aquisição ou renovação de carro próprio, na preocupação de não se nivelar a sociedade portuguesa por baixo mas por uma situação média.

Fomentámos uma dinâmica de exportação

As exportações tiveram um incremento importante. O Governo da AD desdobrou-se em iniciativas para conquistar novos mercados externos ou para garantir mercados tradicionais aos produtos portugueses. As condições e prazos de financiamento dos exportadores nacionais e aos importadores de produtos por nós produzidos foram tornados substancialmente mais eficazes. Novos espaços se abriram à economia portuguesa adaptando-a aos desafios da integração europeia.

Protegemos o turismo

O número dos turistas em Portugal, apesar das dificuldades da situação internacional, está a ser muito elevado. O Governo da AD, ciente das dificuldades estruturais com que se debate este sector, definiu o esquema de financiamento para a conclusão dos

projectos hoteleiros cuja concretização tem estado suspensa e para o lançamento de novas unidades hoteleiras. Desenvolveu o programa de turismo de habitação e fez publicar o primeiro guia do investidor no turismo.

Promovemos a habitação

Estamos ainda longe do nosso objectivo: uma casa para todos. Mas o Governo da AD lançou as bases e tomou iniciativas que fizeram acelerar já ou que permitem encarar como possível a curto prazo um largo desenvolvimento do número de casas a proporcionar à população. As condições do crédito para aquisição de casa própria foram melhoradas. Desbloquearam-se os programas de empréstimos às Câmaras Municipais, de auto-construção e de recuperação de imóveis degradados.

Melhoramos os transportes

Quer no sector do transporte ferroviário quer no transporte rodoviário, o Governo da AD melhorou as condições de transporte. Foi lançado o passe social intermodal no Porto e o passe social para a terceira idade. O Governo procura viabilizar e reapetrechar a companhia transportadora aérea nacional e aprovou um programa de reequipamento da marinha mercante. Muito há para fazer. Muito se avançou entretanto, procurando-se evitar sobrecarregar a bolsa de quem usa normalmente transportes públicos.

Caminhámos mais para a melhoria da saúde

Ultrapassando as demagogias de quem tudo prometia com uma varinha de condão, o Governo da AD deu passos sérios para tornar viável um serviço nacional de saúde possível, justo e eficiente, abrindo serviços de atendimento permanente, lançando as bases de renovação da emergência médica, definindo a nova carreira de administração hospitalar, abrindo concurso para 500 vagas médicas nos hospitais distritais, promovendo condições para acabar com as longas esperas no atendimento das Caixas. O Governo da AD lançou-se, decididamente, na dinamização das misericórdias e lançou o processo do pagamento das indemnizações a que tinham direito.

Aumentámos duas vezes as pensões

O Governo da AD garantiu, por duas vezes, o aumento das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência. A pensão mínima do regime geral, passou, primeiro, para 3600$00 por mês e no 6m de 1980, será de 4500$00 por mês, ou seja, pela primeira vez, metade do salário mínimo nacional da indústria que foi aumentado de 7500$00 para 9000$00 por mês.
A partir de 1 de Dezembro as pensões do regime geral serão de novo aumentadas com 900$00 mais por mês.
A pensão social passou, sucessivamente, para 1800$00 e para 2200$00. O Governo promoveu um grande esforço de recuperação das dívidas à Previdência e aumentou os subsídios para deficientes.

Apoiamos a família

Os abonos de família foram aumentados e pela primeira vez, em Portugal, as famílias mais numerosas e carecidas recebem por cada filho um abono maior. Os subsídios de casamento, de nascimento e de aleitação sofreram importantes acréscimos. Os subsídios de refeição dos funcionários públicos foram aumentados. Foi criada a Comissão Interministerial da Família e preparado o Estatuto de Mãe de Família, bem como regulamentação sobre o trabalho doméstico.
Na função pública foi introduzido o trabalho a tempo parcial para as mães de família. Atenção especial foi dada pelo Governo aos problemas das famílias de desalojados, nomeadamente no campo da habitação.

Avançamos para a modernização do ensino

O ano escolar decorreu com toda a normalidade. A colocação de professores fez-se com uma antecedência e uma isenção pouco tradicionais. Foi extinto o ano propedêutico e lançou-se o 12. ° Ano de escolaridade. Tudo está preparado para o correcto início do próximo ano escolar. Os programas de várias disciplinas foram corrigidos, eliminado deles o sectarismo e o dogmatismo ideológicos que os caracterizavam. A proposta da lei de Bases do sistema educativo foi posta à discussão pública. Criaram-se mais escolas. Melhoraram-se as bolsas de estudo e duplicou-se o número de jardins-de-infância. A educação permanente sofreu forte impulso. Reforçou-se a regionalização da administração da educação. O Governo da AD trabalhou a fundo pela actualização e democratização do ensino.
Cuidados da formação profissional

Também no sector da formação profissional - vital de modo particularíssimo para os jovens - o Governo deu passos muito importantes. Criaram-se cursos profissionalizantes a nível do ensino secundário, apoiaram-se estágios, foram atribuídas verbas elevadas para subsídios de formação profissional, está em curso um ambicioso projecto de construção de 24 novos centros de formação profissional, preparam-se os esquemas respeitantes às bolsas de formação e aos subsídios emprego/formação para jovens dos 17 aos 25 anos.

Encaramos os problemas da juventude e do desporto

A política governamental de juventude voltou-se para a necessidade de criar estruturas que permitissem aos jovens viver os ideais da democracia e da liberdade, ao mesmo tempo que desenvolvem o sentido da responsabilidade. O Governo da AD organizou, pela primeira vez, um programa de trabalho remunerado para jovens em férias e patrocinou manifestações juvenis de autêntico valor cultural. Adoptou legislação contra o doping e a violência nos recintos desportivos e deu forte apoio às actividades desportivas amadoras. Aos atletas que recusaram a ida aos chamados jogos olímpicos de Moscovo foram proporcionadas condições de convívio internacional.

Defendemos os direitos dos Pais à educação dos filhos

O Governo da AD ultrapassou os falsos problemas que governos anteriores levantaram ao direito dos Pais escolherem a educação a dar aos seus filhos. Foi preparado o estatuto do ensino particular e cooperativo na preocupação de evitar que estas modalidades de ensino fossem factor de discriminação económica entre as crianças e os jovens e com o objectivo de ajudar a promover a criatividade e a modernização do sistema educativo português. A Universidade Católica recebeu justo apoio financeiro do Estado, pelo seu mérito científico e cultural.

Fomentamos a ciência e a cultura

No pobre panorama que tem sido, tradicionalmente, a Investigação científica em Portugal o Governo empenhou-se no aprofundamento do estudo e na preparação de condições que permitam o seu desenvolvimento, quer no âmbito da Universidade, quer no domínio da engenharia e tecnologia industriais. A política cultural foi objecto

de uma acção persistente e inovadora, com vincado carácter estrutural, voltada para o incentivo à criação cultural e para a protecção do rico património nacional. Pela primeira vez, a opinião pública foi objecto de uma intensa pedagogia sobre os valores culturais da Nação Portuguesa e sobre a melhor forma de o preservar e dinamizar.

Protegemos o ambiente e o quadro de vida

O Governo da AD fez aprovar a criação de numerosas reservas naturais, mantendo uma constante preocupação na luta contra os elementos poluentes que degradam o ambiente, destroem as condições de vida colectiva e desumanizam a paisagem. Num processo que sempre será lento, mas sistemático, o Governo AD manteve-se fiel à necessidade de um novo urbanismo para um novo quadro de vida.

Aproveitamos os recursos naturais

A campanha de poupança de electricidade foi uma das iniciativas para a luta contra os desperdícios e pelo melhor aproveitamento dos recursos naturais. A construção de novas centrais hidroeléctricas, as acções para a definição de uma política de aproveitamento de lixos, os planos aprovados no sector mineiro – esses e muitas outras foram iniciativas do Governo AD que assinalou uma preocupação ecológica e de aproveitamento dos nossos próprios recursos.

Respeitamos o pluralismo na comunicação

Nenhum Governo como o da AD foi tão longe na defesa do pluralismo na comunicação social: foi com o Governo AD que, pela primeira vez, se respeitou o princípio constitucional de tempos de antena na televisão para forças políticas e sindicais; foi com o Governo da AD que, pela primeira vez, se criaram mecanismos sérios para começar a assegurar à imprensa privada condições de competitividade em face da imprensa pertencente ao Estado. Os directores dos jornais estatizados que estavam em funções há um ano, permanecem em funções. Apesar de todos os protestos oposicionistas que queriam pôr os meios de comunicação ao serviço dos seus interesses contra o Governo escolhido pelo Povo, estes são os factos.

Avançamos no sentido do Estado Democrático

Pela sua dignidade, pela serenidade que demonstrou, pela sua firmeza no cumprimento da lei, o Governo AD deu múltiplos passos no sentido de reconciliar os cidadãos com as perspectivas de um verdadeiro Estado Democrático em Portugal. A legislação preparada sobre revisão da lei eleitoral, sobre o recenseamento, sobre a nacionalidade e a conservação da nacionalidade, sobre o mecanismo jurídico do referendo não pôde avançar mais por virtude de obstrucionismo oposicionista. O Governo AD cumpriu o que prometera e se não foi mais longe foi por virtude das forças políticas que estiveram mais interessadas no boicote da Assembleia da República que no futuro de Portugal.

Prosseguimos a reforma administrativa

Processo lento, sistemático e complexo a reforma administrativa sofreu novos impulsos. A situação material dos funcionários públicos mereceu do Governo uma grande atenção.

Os aumentos de vencimentos determinados para o corrente ano, conjugados com os de 1979, permitem dizer que no conjunto dos dois anos, e graças à profunda desaceleração da inflação em 1980; houve uma significativa melhoria dos salários reais na função pública.

Do mesmo passo – e enquanto se debruçava sobre carreiras, formação, gestão dos serviços, condições de trabalho, informática, etc. – o Governo procurou optimizar o grande volume de efectivos existentes na Administração Central, dentro de uma política de estrita contenção de gastos públicos e de admissão de novos funcionários.

Trabalhamos pela descentralização

A lei de finanças locais foi cumprida; abriu-se uma linha de crédito bonificado para investimentos dos Municípios da ordem dos 5 milhões de contos; foram criados o Conselho Nacional de Municípios e a escola dos funcionários dos municípios portugueses; foi atribuída uma verba de 1,8 milhões de contos para investimentos intermunicipais – o Governo AD mostrou por actos e não apenas em palavras o seu empenho no reforço do poder local. Preparou-se, entretanto, para discussão pública o livro branco sobre a regionalização, abrindo-se caminho para uma nova e importante etapa no processo de descentralização.

Reforçamos as autonomias regionais

Procedeu-se a uma forte transferência para as Regiões Autónomas de serviços até então dependentes da Administração Central e que nelas exercem a sua acção. O

clima de diálogo entre o Governo da República e os Governos Regionais foi construtivo e eficaz e estes puderam contar com um forte apoio financeiro do Orçamento Geral do Estado. Os estatutos das Regiões Autónomas foram debatidos na Assembleia da República. No quadro da solidariedade nacional, os Açores e a Madeira viram, assim, aumentadas as suas responsabilidades na definição dos caminhos do seu próprio desenvolvimento social e económico.
O território de Macau sentiu, entretanto, que os seus problemas eram acompanhados com o grande interesse que merecem.

Aperfeiçoamos o sistema da justiça

Caminhando cada vez mais no sentido da democratização da justiça, o Governo AD deu grande atenção aos principais aspectos do sistema da justiça. Está preparado para debate público um documento sobre o acesso ao Direito; foram introduzidas reformas no serviço de registo e de notariado; alteraram-se importantes aspectos do serviço prisional; reestruturou-se a Polícia Judiciária; encararam-se alterações profundas na orgânica e estatuto dos tribunais e dos magistrados judiciais.
O Governo AD trabalhou, seriamente, por uma justiça mais verdadeira e eficaz, em Portugal.

Lutamos pela segurança de pessoas e bens

O combate contra todas as formas de criminalidade foi uma constante da acção do Governo AD, assim como o empenho na protecção de pessoas e bens. Foi aprovada nova legislação para a eficaz luta contra os incêndios florestais; foi estruturado o Serviço Nacional de Bombeiros, adoptaram-se novos mecanismos para a segurança de estabelecimentos de ensino. Lançaram-se estruturas distritais de protecção civil e definiu-se o âmbito de acção e a orgânica do serviço nacional de protecção civil.

Dignificamos a Instituição Militar

O Governo AD respeitou a separação constitucional entre a Instituição Militar e o poder político democrático. Mas fez tudo quanto estava ao seu alcance para contribuir para a maior dignificação das Forças Armadas, para a sua modernização, o seu reequipamento, a melhoria do estatuto do seu pessoal e a sua dotação com adequados meios financeiros. Deram-se passos importantes no sentido de preparar a futura subordinação das Forças Armadas ao poder civil democrático e Portugal passou

a integrar o Grupo de Planeamento Nuclear de Nato, como mais um sinal do seu prestígio externo.

Prestigiamos a imagem de Portugal no mundo

A política externa do Governo AD foi marcada pela clareza, pela frontalidade e pelo sentido do equilíbrio. O Governo soube interpretar os sentimentos nacionais na pronta e vigorosa condenação da invasão do Afeganistão pela União Soviética; no protesto repetido pela violação do direito associada ao caso dos reféns americanos do Irão; na defesa das relações luso-marroquinas apesar do aprisionamento e posterior libertação com êxito de pescadores portugueses pela Frente Polisário; no fomento das relações com os Países africanos de expressão oficial portuguesa; no desenvolvimento e aprofundamento das excelentes relações com todos os Países amigos.
Os portugueses emigrantes encontraram, no Governo AD, uma grande preocupação pelos seus problemas em múltiplos gestos e iniciativas concretas levadas a cabo.

OS VALORES QUE DEFENDEMOS

Os valores defendidos pela AD não são meros conceitos teóricos. O enunciado daquilo que fizemos no Governo é o exemplo prático, coerente e vivido dos ideais que animam a Aliança Democrática. Queremos ser julgados pelo modo como concretizamos, na acção política, esses valores.

A liberdade

Não nos limitamos a defender intransigentemente e a garantir com energia as liberdades políticas. Não há liberdade política sem um amplo espaço de liberdade social e económica. A iniciativa privada na sociedade e na economia tem de encontrar condições para exprimir a sua criatividade, para exercer o sentido do risco e da responsabilidade, para se confrontar com um clima de sã concorrência. O parasitismo e a ineficiência não podem florescer à sombra do Estado ou sob sua tutela. A liberdade política e a liberdade económica são condições da maior responsabilização dos cidadãos e dos grupos sociais na vida colectiva.

A solidariedade

Recusamos o capitalismo selvagem, como recusamos o colectivismo. Somos pela solidariedade construída em todas as direcções, como dimensão comunitária da pessoa humana e como elemento preponderante da acção pedagógica do Estado. Por isso, ao mesmo tempo que não abdicámos de estabelecer a actualização das pensões de reforma e do salário mínimo, soubemos lutar pela revitalização das Misericórdias, do cooperativismo, do ensino particular e do associativismo de base. Aprofundar o sentido da solidariedade entre os Portugueses continua a ser o nosso objectivo permanente, sem espartilhos impostos de cima e sem violentação da consciência e da tradição populares.

A justiça social

Liberdade e solidariedade são valores que se cruzam na luta pela justiça social. Combatemos para que os pobres deixem de o ser; combatemos pela igualdade de oportunidades; combatemos, através da política fiscal e salarial, para a mais correcta distribuição dos rendimentos; combatemos para subsidiar as famílias de acordo com as suas necessidades; combatemos a favor dos deficientes, da infância, da terceira idade, de todos os marginalizados ou desprotegidos.
A luta pela justiça social é a principal luta da AD.

A família

O combate pela justiça social não visa apenas os cidadãos considerados individualmente. Projecta-se de modo mais amplo e significativo na unidade social de base que é a família. Aumentar as condições de liberdade das famílias portuguesas; ampliar a capacidade de solidariedade dentro das famílias e delas entre si; robustecer as energias educativas do agregado familiar; reconhecer ao associativismo familiar direitos de parceiro social - esses são alguns dos aspectos concretos do modo como a AD defende o valor-família.
Defesa que vai de par com o empenho na dignificação da condição da mulher na sociedade portuguesa, dentro e fora do lar.

O sentido da lei e do Estado

Não há justiça social possível, nem correcto desenvolvimento das energias produtivas da Nação, sem que o sentido da lei seja assumido pelos cidadãos e feito respeitar pelo Estado. A legalidade democrática ou é seguida pelos poderes públicos e pelos

indivíduos e grupos sociais ou o divórcio entre estes e o Estado crescerá de forma irreversível. A AD respeita, cumpre e faz cumprir as leis legitimamente aprovadas. Essa é a condição para se progredir mais profundamente no sentido de que a Nação Portuguesa se possa espelhar num Estado democrático, descentralizado e libertador.

O diálogo e a tolerância

A AD defende nos planos social, económico e político a prática do diálogo e da concertação como meios privilegiados para superar os conflitos. Aceitamos e consideramos positiva, numa sociedade aberta e pluralista, a existência de tensões e encaramo-las de modo construtivo. A autonomia dos sindicatos, das associações empresariais e das outras formas de associativismo é um elemento fundamental na vida democrática. A AD respeita-o e lutará sempre a favor da prática do diálogo nas relações do Governo com esses corpos sociais intermédios. Do mesmo passo que saberá usar de tolerância, sem prejuízo da firmeza necessária.

A cultura

Nação experiente de mais de oito séculos, Portugal tem a proteger e a dinamizar um património próprio e diversificado, de intensa valia cultural. As raízes portuguesas da cultura, tanto quanto os elementos até nós transportados no convívio com outros Povos, são um valor dinâmico da nossa afirmação como País. A AD não tem da cultura uma visão estática ou elitista. Acredita na sua capacidade cultural do processo educativo e pretende aprofundá-la. Reconhece as energias culturais de riquíssimas tradições populares e deseja aproveitá-las. Apercebe-se da mensagem cultural do meio ambiente e pretende enriquecê-la. Sabe de criatividade cultural desaproveitada e irá desenvolvê-la.

A qualidade de vida

A AD não se bate apenas por uma política de bem-estar material para todos os Portugueses. Essa política é indispensável, nomeadamente no plano da saúde, da habitação e da segurança social, e impõe um crescimento económico permanente em condições internacionais difíceis. Os valores defendidos pela AD vão mais longe: no meio urbano e no mundo rural os Portugueses têm de encontrar um quadro de vida que favoreça a realização da pessoa humana e da vida comunitária autónoma, libertos da poluição, da degradação e da inacessibilidade.

A dignidade de Portugal

Se a AD defende um conjunto de valores que conformam a vida em sociedade e o sentido social de desenvolvimento económico, com incidência directa ou indirecta sobre cada um dos Portugueses, sabe que, ao fazê-lo, está também a lutar pelo valor que a todos une da maior dignidade de Portugal. Assim o faz e fará na ordem interna. E na ordem externa continuará a afirmar a independência e a autonomia nacionais que não excluem, antes exigem, a solidariedade atlântica e ocidental, a convivência especial com os Povos de expressão portuguesa e o correcto relacionamento com todos os Estados na base do respeito mútuo. O empenhamento por edificar no nosso País um verdadeiro regime democrático será, ainda, uma forma de lutar pela maior dignidade de Portugal, perante a sua história e perante o Mundo.

AQUILO QUE NOS PROPOMOS

As propostas do Governo da AD estão contidas no Programa Eleitoral do Governo da AD já conhecido do País desde as últimas eleições legislativas. Para elas remetemos, na consciência de que muitas foram executadas, outras se encontram em preparação ou execução e outras ainda aguardam condições institucionais de concretizar. Esse Programa Eleitoral foi elaborado com olhos em 1984. Não tem de ser corrigido e mantém a sua validade. Pudessem os nossos adversários dizer o mesmo dos Programas apresentados às últimas eleições!
Alguns aspectos, no entanto, merecem ser sublinhados, em face dos desafios que se propõem a Portugal nos próximos quatro anos.

Unir os Portugueses

O Governo AD, desde o começo de 1980, foi o Governo de Portugal, o Governo de todos os Portugueses: respeitou democraticamente as críticas dos que se lhe opuseram, sem, no entanto, dar sinais de fraqueza ou de falta de confiança; recusou o sectarismo guiando-se por critérios de competência no provimento de lugares públicos, sem, todavia, pôr em causa a legítima autoridade democrática de Estado e a coerência das actuações. O Governo assumiu o poder, sem autocracia; foi responsável, sem jactância; buscou a equidade sem demagogia; procurou ser competente, sem tecnocracia.

Governo para quatro anos, aquele que o eleitorado vai escolher ao votar na AD, manterá a preocupação de unir os Portugueses, respeitando o pluralismo. Propomos aos nossos concidadãos a unidade em torno dos grandes ideais democráticos e nacionais; mas recusamos a unicidade, o unitarismo e a massificação.

Unir os Portugueses em torno dos objectivos de uma Pátria mais livre, de uma Nação mais próspera e de um Estado mais democrático – essa é a primeira e fundamental proposta que julgamos possível concretizar com um Governo estável de quatro anos.

Unir os Portugueses que vivem no Continente e nas Ilhas com todos aqueles que no estrangeiro ganham a sua vida a criar progressivamente condições para o seu possível regresso à Pátria – esse é o grande desafio a que estamos dispostos a responder num Governo estável de quatro anos.

Unir os Portugueses em torno de uma Constituição verdadeiramente democrática de modo a que a lei fundamental possa ser objecto de consenso e não fonte de discórdia azeda - essa é uma tarefa fundamental que desejamos ver frutificar no mandato de um Governo estável de quatro anos.

Unir os Portugueses em torno do respeito à sua História, do amor à sua Língua e da adesão à sua Cultura, abrindo mais os braços aos Povos que connosco conviveram ao longo do nosso itinerário histórico, que se exprimem no nosso idioma ou que enriqueceram a nossa herança cultural -essa é uma aposta que queremos ganhar com a confiança que nos for dada para um Governo estável de quatro anos.

Criar riqueza e distribui-la com justiça

O Governo AD tem feito respeitar na sua política económica alguns princípios simples: a iniciativa privada nacional tem o principal papel no correcto aproveitamento das energias criadoras dos Portugueses e dos recursos naturais de Portugal; o sector público não pode constituir uma carga e tem de ser rentável e produtivo e um factor de progresso para a colectividade; a actividade cooperativa, guiada por princípios de autonomia, merece apoio e estímulo constantes. O Governo criou novas condições para o desenvolvimento da iniciativa privada sem pôr em causa a subordinação do poder económico ao político. Ao contrário do que os seus adversários afirmavam, não asfixiou o sector público, bem pelo contrário. E tomou iniciativas importantes para alargar o ainda reduzido sector cooperativo português.

Esta orientação geral será mantida, adoptando-se com pragmatismo as soluções que melhor sirvam para lançar postos de trabalho, fazer aumentar as exportações, reduzir os níveis de dependência alimentar do exterior, incrementar a capacidade tecnológica nacional. A associação de capitais portugueses e estrangeiros, públicos e privados

terá como limitação a defesa do interesse nacional e a necessidade de uma forte mobilização das poupanças individuais e colectivas susceptíveis de serem canalizadas para o investimento.

No Plano a médio prazo (1981-1984) - concebido como instrumento participado, flexível e racionalizador - serão consideradas as grandes orientações estratégicas do desenvolvimento económico e social do País. Propomo-nos, apesar das sombrias perspectivas existentes, quanto à possível evolução dos preços do petróleo, alcançar, nesse período, uma taxa média de expansão da actividade económica mais elevada que a do anterior quadriénio.

Criar riqueza será preocupação constante do Governo AD e, porque estável para quatro anos, o Governo poderá sentir esse objectivo como possível pelas condições de confiança política que irão ser geradas, pela profundidade das reformas estruturais que poderão ser introduzidas e pela continuidade da acção governativa que poderá ser assegurada.

Mas em igual medida o Governo procurará que a riqueza criada seja distribuída com justiça.

A reforma fiscal necessária, contemplando, designadamente, a introdução do imposto único sobre o rendimento de pessoas físicas, poderá ser projectada numa perspectiva progressiva de realização escalonada ao longo de quatro anos. A reforma fiscal será decerto encarada nas suas incidências económicas nomeadamente no plano do fomento da poupança e do investimento. Mas visará, predominantemente, a diminuição das desigualdades e terá em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar.

As necessidades sociais dos Portugueses serão objecto de actuação permanente, nos campos da educação, da saúde, da habitação, da segurança social e dos transportes. A política do Governo AD atenderá pragmaticamente às necessidades de cada família, na convicção de que a distribuição indiscriminada e igualitarista de benefícios sociais só favorece o surgimento de novas e mais graves desigualdades com custos incomportáveis para os contribuintes que acabam de pagar, indirectamente, o preço de maior injustiça social.

A actualização do salário mínimo, das pensões de invalidez, velhice, sobrevivência e outras, bem como dos vencimentos da função pública, será feita com base no princípio da anualidade, pelo menos enquanto a inflação se mantiver em valores elevados.

Lutar contra a inflação e o desemprego

Os bons resultados alcançados em 1980 na luta contra a inflação e contra a progressiva deterioração do poder de compra dos trabalhadores não farão abrandar, num próximo mandato de quatro anos do Governo AD, os esforços pela contenção da alta do custo de vida.

Pelo contrário: esses resultados constituirão uma excelente plataforma para, ainda mais decididamente, o Governo AD se lançar no aprofundado combate contra as causas estruturais da inflação, em tudo quanto não resulta da inevitabilidade das componentes importadas do fenómeno inflacionista.

Manter o poder de compra dos trabalhadores continuará a ser o nosso grande objectivo e, sempre que possível, aumentá-lo será tarefa em que nos empenharemos com realismo e sentido do futuro.

Propomo-nos realizar um amplo debate para o estabelecimento de uma política estruturada de preços e rendimentos com horizonte temporal alargado. A estabilidade de um Governo de quatro anos permite-nos visualizar esse trabalho como eficaz quanto aos resultados a obter.

Da modernização acelerada da agricultura portuguesa esperamos um importante contributo, não só nos planos do abastecimento público, e da redução de importações, como também no domínio dos preços.

Mas se nos propomos garantir que o poder de compra de quem trabalha não sofra novos retrocessos, maior preocupação temos por assegurar a todos os nossos compatriotas o próprio direito ao trabalho.

A criação de emprego terá de ser conseguida através de uma maior activação do mercado financeiro e do investimento e da total utilização da capacidade produtiva instalada.

Propomo-nos continuar a dar alta prioridade ao problema do primeiro emprego para os jovens, na consciência de que essa é uma questão de fundamental importância na criação em Portugal de um construtivo clima de esperança no futuro.

E, por isso, os esforços já realizados em matéria de formação profissional e de introdução de dimensões profissionalizantes no sistema de ensino secundário irão prosseguir com redobrada energia.

Prioridade aos mais desfavorecidos

A drástica redução do número de desempregados e a conecta distribuição e aplicação do subsídio de desemprego tem por objectivo fazer diminuir as incidências da crise económica sobre os membros da população com capacidade de trabalho.

Mas o Governo AD irá mais longe na prioridade que se propõe dar, ao longo de quatro anos, à situação dos mais desfavorecidos.

A integração social e profissional dos deficientes e a sua prévia formação em termos adequados constituirão uma preocupação fundamental do Governo. O subsídio para deficientes será objecto de conveniente adaptação às necessidades existentes. O País, se não fizer os sacrifícios precisos para cuidar devidamente dos seus deficientes não realizará a dimensão humanista que está inserida na sua profunda raiz cristã.

A promoção da educação pré-escolar que em 1980 já mereceu do Governo AD um esforço acentuado, prosseguirá com afinco. Propomo-nos reduzir, progressivamente, as desvantagens de que, à entrada do ensino primário, são portadoras muitas crianças por virtude da sua origem cultural e económica. E atenderemos, de certo, ao papel imprescindível das mães no progresso educativo dos filhos mais novos e, por isso, estaremos abertos à ampliação de esquemas de trabalho feminino a tempo parcial. Os idosos terão de encontrar, pela acção do Estado, pelo apoio das autarquias e de instituições privadas, uma nova protecção, ao longo dos próximos quatro anos. Para além do esforço que faremos no domínio das pensões de regime geral e dos rurais, procuraremos que as pensões sociais se ampliem e prosseguiremos à acção já iniciada de fazer conhecer a todos os seus cidadãos os seus direitos e regalias sociais. Os jovens casais irão merecer, nomeadamente no domínio da habitação, um apoio especial. Também eles são desfavorecidos, em particular neste sector sensível, pela grave dificuldade com que confrontam para obtenção de casa capaz para constituir família.

Serão consideradas as condições de vida nas prisões e a melhoria dos sistemas assistenciais às famílias dos presos que serão sempre tidos como elementos cuja recuperação cumpre ser testada pela sociedade.

A eliminação progressiva de bairros de lata, a recuperação de habitações degradadas e a sua possível modernização, nomeadamente em matéria de saneamento básico, será um desafio permanente para o Governo AD.

As comunidades locais mais isoladas ou desprotegidas merecerão um cuidado especial em matéria de electrificação, saneamento básico, vias de comunicação e transportes, sem que o Governo, no entanto, se substitua às responsabilidades que cabem às autarquias locais.

Prioridades aos mais desfavorecidos - esse é o conteúdo ético e social mais profundo da mensagem política da AD para os próximos quatro anos. O combate construtivo à pobreza, ao analfabetismo e à marginalidade social será tema constante do trabalho governamental.

Consolidar a democracia e regionalizar o País

O Governo AD, desde que tomou posse, assumiu como perspectivas fundamentais da sua acção a luta pela justiça social e a caminhada para um verdadeiro Estado democrático.

Essas perspectivas continuarão a ser um guia de acção governativa nos próximos quatro anos.

A democracia é um dado irreversível da nossa vida colectiva. Propomo-nos consolidá-la e plenamente garanti-la, desde logo, no plano político. Queremos lutar pelo aprofundamento da participação de todos nos assuntos da Nação. Os meios de comunicação social serão sempre entendidos, no seu conjunto, pelo Governo AD como componente indispensável ida sociedade pluralista que nós somos. Os sindicatos, as, associações empresariais, as associações familiares e de consumidores terão, como têm, garantias de abertura ao diálogo da parte dos poderes públicos.

.A Instituição Militar, após a revisão constitucional, subordinar-se-á ao poder político democrático. O Governo AD garantirá às Forças Armadas e delas exigirá o inteiro respeito pelo seu apartidarismo e pelo desenvolvimento consequente e dignificado das missões nacionais que lhe são atribuídas. Não haverá lugar para órgãos político-militares e as Forças Armadas reger-se-ão pelas normas que forem definidas pelos competentes órgãos de soberania como em todos os países ocidentais. Do lado do Governo existirá o firme empenho de contribuir para que a defesa nacional constitua, efectivamente, um tema fundamental da vida da Nação e de que a sua componente militar seja sempre vista, perante os cidadãos, como uma peça fundamental, moderna e adequada do nosso sistema de segurança colectiva e de salvaguarda das instituições democráticas.

A democracia política haverá, porém, de ser fecundada pelos profundos processos de democratização cultural, social e económica que o Governo AD, estável por quatro anos pretende animar.

Por isso, propomos que a regionalização, como meio de tornar mais participativo e mais democrático o processo de decisão, seja um tema fulcral da nossa reflexão nacional nos próximos quatro anos. Já está, aliás, concluído para debate público um «livro branco» sobre a regionalização a fim de que o lançamento deste seja, desde logo, marcado pelo sinal da participação.

A regionalização terá múltiplas incidências na vida dos Portugueses e no melhor aproveitamento das suas energias e capacidades criadoras. Grande reforma nacional, o processo de regionalização implicará o oportuno lançamento de um largo programa

de infra-estruturas de comunicação como condição de maior acessibilidade entre pessoas e comunidades e maior rentabilidade dos planos de desenvolvimento regional postos em execução.

Modernizar Portugal e avançar para a Europa

O Governo AD já alcançou dos Países nossos amigos da CEE que o ano de 1983 fosse o da entrada de Portugal nas Comunidades Europeias. Será um acontecimento histórico que dará ao nosso País estímulo de quem inicia um novo ciclo do seu itinerário nacional. Depois dos Descobrimentos, esta será a aposta mais importante do Povo Português nos seus oito séculos de existência.

Avançar para a Europa não é renegar o passado de convívio com Povos de outros Continentes.

Queremos desenvolver esse convívio, diversificando as formas de colaboração com todos os Povos e, em especial, com os que se exprimem oficialmente em português. Avançar para a Europa é, pois, uma forma de alargarmos as nossas fronteiras humanas e económicas, guardando a nossa própria autonomia e a nossa própria identidade. E desse modo privilegiaremos o fortalecimento da Europa democrática como factor de paz no mundo, de defesa dos direitos do homem e de segurança internacional.

Avançar para a Europa será um grande desafio que todos nós aceitaremos para modernizar Portugal. O nosso País tem de estugar o passo no sentido da sua modernização. O mundo em que vivemos é diferente daquele que conhecemos há dez anos. E nas próximas décadas sofrerá novas e importantes evoluções. A especialização da nossa economia, o aumento da nossa iniciativa imaginativa e criadora, a introdução de uma nova dinâmica na nossa capacidade realizadora e de trabalho - esses são alguns dos traços do processo de modernização a que Portugal tem de meter ombros.

Com um Governo AD, estável para quatro anos, e um Presidente da República, como o General Soares Carneiro, capaz de manter uma leal e efectiva solidariedade institucional e política com o Governo escolhido pelo Povo, os Portugueses terão as melhores condições políticas para lançar mãos às enormes tarefas de modernização de Portugal. Sob o signo da liberdade; com espírito de solidariedade; com empenho de justiça social; em nome das famílias portuguesas; com sentido da lei e do Estado; através do diálogo e da tolerância; sob uma forte inspiração cultural; com interesse sincero pela qualidade de vida, os Portugueses saberão garantir e promover a maior dignidade de Portugal.

O Governo AD, estável por quatro anos, será fonte de esperança, certeza de realização, baluarte da democracia, fidelidade a Portugal e aos Portugueses.